



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 33/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO

**1- Processo TCE nº 10182/2013.**

Apenso: Processo nº 10135/2012, 10034/2013, 10231/2013.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Beruri.

**4- Exercício:** 2012.

**5- Responsável:** Sr. José Domingos de Oliveira, Prefeito Municipal de Beruri.

**6- Unidade Técnica:** DICOP – Relatório Conclusivo nº 59/2014 (fls. 478/536).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1075/2014-MP-RCKS do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls. 537/541).

**8- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Beruri. Exercício de 2012.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das Contas Anuais.*

**9- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, a proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em consonância**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

**EMITE PARECER PRÉVIO** recomendando à Câmara Municipal de Beruri a **DESAPROVAÇÃO** das Contas do Município, conforme o disposto no art. 223, §3º, da Resolução nº 04/2002;

**10- Ata:** 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 24 de junho de 2014.



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

**PARECER PRÉVIO Nº 33/2014 — TCE – TRIBUNAL PLENO**

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em exercício), Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**12.1- Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente, em exercício

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**RAIMUNDO JOSÉ MICHILES**  
Conselheiro

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 33/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2014)

**1- Processo TCE nº 10182/2013.**

Apenso: Processo nº 10135/2012, 10034/2013, 10231/2013.

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3- Órgão:** Prefeitura Municipal de Beruri.

**4- Exercício:** 2012.

**5- Responsável:** Sr. José Domingos de Oliveira, Prefeito Municipal de Beruri.

**6- Unidade Técnica:** DICOP – Relatório Conclusivo nº 59/2014 (fls. 478/536).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1075/2014-MP-RCKS do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas (fls. 537/541).

**8- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Beruri. Exercício de 2012.

*Revelia. Contas irregulares. Multas ao responsável. Alcance. Responsabilidade solidária. Determinação à origem e à Comissão de Inspeção. Prazo para recolhimento. Autorizada cobrança executiva e inscrição na dívida ativa.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, **em consonância**, com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1 - Considerar** o responsável, Sr. José Domingos de Oliveira, **revel**, em conformidade com o preconizado pelo art. 20, § 3º, da Lei n.º 2.423/96;

**9.2 - JULGAR IRREGULAR** a Prestação de Contas Anual do Município de Beruri, exercício de 2012, de responsabilidade do senhor José Domingos de Oliveira, prefeito do município e ordenador de despesas, à época, com fulcro no art. 71, II, da Constituição da República Federativa do Brasil c/c o art. 40, II, da Constituição do Estado do Amazonas, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei n.º 2423/96, face às impropriedades constatadas pelos distintos Órgãos Técnicos e pelo douto Ministério Público Especial junto



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº 33/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2014)**

a este Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e não sanadas pelo responsável, as quais passo a listar, detectadas pela **DICAMI**:

**9.2.1** - Justificar o encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado da Prestação de Contas Anual, referente ao exercício financeiro de 2012, fora do prazo (08/04/2012) estabelecido no artigo 20, inciso I, da Lei Complementar n.º 06/91 c/c o art.29, da Lei n.º 2.423/96 e art. 185, § 2º, II, alínea “a” do Regimento Interno;

**9.2.2** - Ausência do comprovante de encaminhamento à Câmara Municipal de Beruri, da Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal, referente ao **EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012**, em forma de Balanço Geral, conforme estabelece o artigo 9º da Lei Complementar nº 06/1991;

**9.2.3** - Ausência da Publicação do extrato no Diário Oficial do Estado do Balanço Geral do Município constituído dos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial (art. 9 da Lei Complementar nº 06/1991);

**9.2.4** - Ausência do Comprovante de que as Contas do Município ficaram disponíveis ao Poder Legislativo Municipal, conforme disposto no art. 49, da Lei Complementar n.º 101/2000 e sua escrituração obedeceram ao disposto no art. 50, da mesma Lei, c/c o art.31, parágrafo 3.º da CF/88 e art.126, parágrafo 1.º da CE/89;

**9.2.5** - Justificar a inexistência do controle interno, conforme determinam os artigos 31 e 74 da CF/88, art. 45, da Constituição Estadual, c/c o art. 43, da Lei nº. 2.423/96 acarretando riscos operacionais e descontrole das contas públicas;

**9.2.6** - A movimentação contábil da Prefeitura Municipal de Beruri, referente ao período de janeiro a dezembro de 2012 foi encaminhada por meio magnético (Sistema/ACP) a esta Corte de Contas FORA do prazo estabelecido no art.4º da Resolução TCE nº 07/02 c/c o parágrafo 1.º, art. 15, da Lei Complementar n.º 06, de 22/01/91, com nova redação dada pela Lei Complementar n.º 24/2000;

**9.2.7** - Ausência na Prestação de Contas Anual, encaminhada ao Tribunal de Contas, por meio do Ofício n.º 001/2013, dos documentos abaixo:

- ✓ Relação de Bens Móveis e de Natureza Industrial, existentes no exercício anterior (item II, art. 13 da Lei Complementar nº 06/1991);
- ✓ Balanço Patrimonial do exercício anterior (item V, art. 13 da Lei Complementar nº 06/1991);
- ✓ Ato de Nomeação do Conselho do FUNDEB (Lei Federal n.º 11.494/2007);
- ✓ Parecer do Conselho Municipal do FUNDEB (Lei Federal n.º 11.494/2007);
- ✓ Atas de Reunião do Conselho Municipal do FUNDEB (Lei Federal n.º 11.494/2007);
- ✓ Ato de Criação do Conselho Municipal (Lei Federal n.º 11.494/2007).

**9.2.8** - Ausência do Comprovante de que as Contas Anuais foram apresentadas ao Poder Executivo da União e do Estado, até a data de 30 de abril, conforme determina o disposto no art. 51, parágrafo 1.º, inciso I, da Lei n.º 101/2000;

**9.2.9** - (DESCONSIDERADA);

**9.2.10** - Atraso na remessa dos Relatórios de Gestão Fiscal e Execução Orçamentária. (art. 1º e 2º da Resolução 06/2000-TCE c/c os artigos 52 e 54 da Lei Complementar 101/2000);



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

**ACÓRDÃO Nº 33/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2014)**

**9.2.11** - Ausência da forma de publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal e Execução Orçamentária de 2010, contrariando art. 54 e 55 da LRF/2000 e Lei n. 10.028/2000 art. 5, Inciso I;

**9.2.12** - Descumprimento do limite máximo de 54% da receita corrente líquida para os gastos com pessoal do poder executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias, Empresas Estatais Dependentes), visto que, o Poder executivo realizou gastos no percentual de 56,53% da Receita Corrente Líquida, infringindo o artigo 20, III, "B", da Lei Complementar n.º 101/2000;

**9.2.13** - Informar o cumprimento das determinações contidas na Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso às Informações Públicas) com as existências dos seguintes órgãos internos no âmbito da estrutura municipal:

- ✓ Procuradoria Jurídica Municipal com rol de Procuradores e a natureza do vínculo laboral;
- ✓ Órgão de Controle Interno com rol de agentes envolvidos, a natureza do vínculo laboral, bem como a qualificação acadêmica dos mesmos;
- ✓ Portal de Transparência com rol dos servidores envolvidos na alimentação do site;
- ✓ Engenheiro Civil habilitado junto ao Conselho de Classe;
- ✓ Serviço de informações ao cidadão, com instalações físicas de atendimento a interessados;

**9.2.14** - Apresentar cópias dos precatórios pagos e os processados e não pagos, em ordem cronológica dos títulos e as respectivas notas de empenho, no período de 01/01/2012 a 31/12/2012;

**9.2.15** - Ausência de um Setor de Patrimônio, descumprindo a norma ditada pela Lei 4.320/64, em seu Art. 94 o qual exige registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração;

**9.2.16** - Apresentar o recibo de transmissão do orçamento público da Educação ao SIOPE referente ao exercício de 2012 (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação);

**9.2.17** - Apresentar o recibo de transmissão do orçamento público em Saúde ao SIOPE referente ao exercício de 2012 (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação);

**9.2.18** - Em consulta ao Resumo Geral da Receita, a Comissão de Inspeção verificou a existência dos seguintes convênios não informados ao Sistema Auditor de Contas Públicas, bem como, os documentos comprobatórios das despesas não foram apresentados in loco:

Especificação	Valor
Construção, Ampliação ou Reforma de Escolas.	4.655.576,31



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

**ACÓRDÃO Nº 33/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2014)**

Construção de Módulos Sanitários e Fossas Sépticas	500.000,00
Construção, Ampliação ou Reforma de Creches para Educação Infantil.	728.059,99
Construção de Quadra Poliesportiva	245.067,64

**9.2.19** - Considerando a inscrição no Passivo Permanente de débitos previdenciários no valor de R\$ 1.200.348,24 apresentar a autorização legislativa para seu resgate ou amortização conforme determina o Art. 105 § 4º da Lei nº 4.320/64;

**9.2.20** - Apresentar detalhamento da conta contábil Cancelamento de Dívidas Passivas no valor de R\$ 40.332,36, constante do Demonstrativo da Variação Patrimonial (Anexo 15);

**9.2.21** - Justificar o não recolhimento dos saldos das consignações registradas no Demonstrativo da Dívida Flutuante, Anexo 17, conforme demonstrado abaixo:

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>SALDO A RECOLHER</b>
Consignações FMS	44.550,97
INSS – FUNPREB	1.266,69
INSS – MICROSCOPISTA	762,72
IRRF – FUNPREB	2.579,35
Previdência Social INSS Diversos	592.126,89

**9.2.22.** Ausência de adoção de providências visando à cobrança (administrativa e/ou judicial) dos Créditos inscritos na dívida ativa, no valor de R\$ 42.366,03, (Quarenta e dois mil, trezentos e sessenta e seis reais e três centavos), registrado no Balanço Patrimonial, causando infração ao arts. 2º, 3º e 6º da Lei nº 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal);

**9.2.23** - Justificar o déficit de execução orçamentária do exercício no valor de R\$ 979.868,54 (Novecentos e setenta e nove mil, oitocentos e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), sem a adoção das providências efetivas para atender o princípio do equilíbrio das contas públicas (art. 169 da CF/88 e art. 9º da LC n.º 101/2000 – LRF);

**9.2.24** - Justificar a permanência de recursos financeiros em caixa, no valor de R\$ 49.120,35 (Quarenta e nove mil, cento e vinte reais e trinta e cinco centavos), contrariando o § 3.º do art. 164 da C.F./88, c/c o § 1.º do art. 156 da C.E./89;

**9.2.25** - Detalhar e justificar a conta devedores diversos no valor de R\$ 13.520.182,78 (Treze milhões, quinhentos e vinte mil, cento e oitenta e dois, e setenta e oito centavos) constante do Balanço Patrimonial (Anexo 14). Apresentar as medidas administrativas (inscrição na dívida ativa, ou execução fiscal) tomadas pela Prefeitura com a finalidade de se retomar esse numerário aos cofres municipais;





Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 5

**ACÓRDÃO Nº 33/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2014)**

**9.2.26-** Todos os procedimentos licitatórios realizados pela Prefeitura Municipal, não foram informados a esta Corte de Contas via sistema ACP o que contraria os arts. 3.º e 4.º da Resolução n.º 07/2002 - ACP;

**9.2.27-** Não foi apresentado a Comissão de Inspeção na sede do Município o Processo Licitatório na modalidade de Pregão n.º 001/2012;

**9.2.28-** Deficiência na formalização dos processos licitatórios, na modalidade de Pregão, abaixo relacionados, já que em tais processos foram constatadas as seguintes impropriedades:

PG n°	VENCEDOR	VALOR R\$
PP 002/2012	R M NAVECA - EPP	813.641,50
PP 003/2012	F. DAS CHAGAS V. DE ALMEIDA - ME	317.200,00
PP 003/2012	P. A. VILAÇA NETO – ME	127.505,00
PP 003/2012	Y. A. DA ROCHA COMERCIO E SERVICOS	86.965,00
PP 004/2012	R M NAVECA – EPP	782.836,34
PP 004/2012	BIO PLUS COM. REP. DE MED. COSM. E PERFUM.	426.158,81
PP 005/2012	JOSE AUGUSTO DA SILVA ALBUQUERQUE	84.167,50
PP 005/2012	A. COSTA DE OLIVEIRA	202.428,00
PP 005/2012	MARIA DO P. S. A. DA ROCHA – COM. E SERV.	72.053,50
PP 006/2012	JOSE AUGUSTO DA SILVA ALBUQUERQUE	283.692,38
PP 006/2012	OLIVEIRA E MARTINS EMPRED. E PROJ. LTDA	729.605,60
PP 006/2012	RAPHAEL MADDY JUNIOR	725.497,80
PP 007/2012	JOSE AUGUSTO DA SILVA ALBUQUERQUE	469.270,00
PP 007/2012	P. A. VILAÇA NETO – ME	552.140,00
PP 007/2012	MARIA DO P. S. A. DA ROCHA – COM. E SERV.	161.947,50
PP 008/2012	V. CARDOSO DE QUEIROZ	60.338,50
PP 008/2012	J. M. COM. DE ARTIGO E PAPELARIA LTDA	269.738,00
PP 008/2012	JOSE AUGUSTO DA SILVA ALBUQUERQUE	116.525,00
PP 008/2012	MARIA DO P. S. A. DA ROCHA – COM. E SERV.	35.921,68
PP 008/2012	INK QUALITY COMERCIO LTDA	23.271,00
PP 009/2012	JOSE AUGUSTO DA SILVA ALBUQUERQUE	690.352,85

- ✓ Ausência de assinatura da Secretária Municipal de Finanças, no Termo de Referência, o qual tem a finalidade de promover o REGISTRO DE PRECOS, com



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 6

**ACÓRDÃO Nº 33/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2014)**

possibilidade de aquisição futura, através de pregão para as diversas aquisições cujo objetivo é atender a Administração Municipal;

- ✓ Ausência de assinatura do EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL, pelo responsável Sr. Franco André Gadelha da Costa, Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL do Município de Beruri/AM no exercício de 2012, o que torna inválido o referido Edital de Pregão;
- ✓ Ausência de assinatura no DESPACHO DE ADJUDICACAO DO PREGAO PRESENCIAL, do Sr. Franco André Gadelha da Costa, Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL do Município de Beruri/AM no exercício de 2012, o que torna inválido o referido Edital de Pregão;
- ✓ Ausência da rubrica dos membros da Comissão em todos os documentos e propostas do Pregão acima, conforme determina o art. 43, § 2.º da Lei n.º 8666/93;
- ✓ Ausência do Ato de designação da Comissão de Licitação no Pregão acima, conforme determina o art. 38, III, da Lei n.º 8.666/93;
- ✓ Ausência de Parecer Jurídico do Pregão acima, conforme determina o art. 38, VI, da Lei n.º 8.666/93;
- ✓ Ausência do Ato de nomeação do Pregoeiro;
- ✓ Ausência de assinatura do Fornecedor JOSE AUGUSTO DA SILVA ALBUQUERQUE, na Ata de Registro de Preços do PREGAO PRESENCIAL;
- ✓ O Pregão acima não foi informado via sistema ACP o que contraria os arts. 3.º e 4.º da Resolução n.º 7/2002 – ACP;
- ✓ As Certidões Negativas de Débitos do FGTS, INSS, Fazendas Federal e Estadual da firma participante vencedora da licitação (art. 29, III e IV da Lei n. 8.666/93), que compõem os dados quanto à regularidade fiscal,

C. CONTRATO	NE	VIGENCIA	CONTRATADO	VALOR R\$
001/2012	47	12 meses	Abílio Ribeiro Araujo	24.000,00

geradas no sistema ACP/TCE, não foram informadas via sistema ACP o que contraria os arts. 3.º e 4.º da Resolução n.º 07/2002 – ACP.

**9.2.29** - Não foi apresentado a Comissão de Inspeção na sede do Município os Processos Licitatórios na modalidade de Tomada de Preços n.º 001/2012 e 002/2012;

**9.2.30**- Deficiência na formalização do processo licitatória, na modalidade de Tomadas de Preços, abaixo relacionado, já que em tal processo foi constatadas as seguintes impropriedades:

C. CONTRATO	NE	VIGENCIA	CONTRATADO	VALOR R\$
S/N/2012	136	11 meses	Antonio dos Santos Lima	19.800,00

- ✓ A Carta Contrato n. 001/2012 não foi informada via sistema ACP o que contraria os arts. 3.º e 4.º da Resolução n.º 07/2002 – ACP;
- ✓ No texto da Carta Contrato n.º 001/2012, a Cláusula Quarta – Da Dotação Orçamentária, não estão contidos todos os elementos necessários conforme fundamenta o inciso V, art. 55, da Lei n.º 8.666/93, tais como: o Crédito pelo qual





Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 7

**ACÓRDÃO Nº 33/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2014)**

correrá a despesa (Fonte de Recursos) e a Categoria Econômica da Despesa (Natureza da Despesa);

- ✓ A Carta Contrato de Prestação de Serviços n. S/N/2012 acima não foi informada via sistema ACP, o que contraria os arts. 3.º e 4.º da Resolução n.º 07/2002 – ACP.
- ✓ No texto da Carta Contrato de Prestação de Serviços S/N/2012 acima, a Cláusula Quarta – Da Dotação Orçamentária, não estão contidos todos os elementos necessários conforme fundamenta o inciso V, art. 55, da Lei n.º 8.666/93, tais como: o Crédito pelo qual correrá a despesa (Fonte de Recursos) e a Categoria Econômica da Despesa (Natureza da Despesa);
- ✓ Na cláusula segunda (do prazo e valor do contrato) não consta o valor global do referido instrumento legal;
- ✓ Na cláusula terceira (do pagamento) não consta o valor das parcelas a serem pagas no referido instrumento legal;
- ✓ A carta-contrato de Prestação de Serviços n. S/N/2012 acima não apresenta a assinatura do contratado, contrariando o art. 54 da Lei n.º 8.666/93;
- ✓ A Carta Contrato de Prestação de Serviços em foco não segue sequência numérica cronológica.

C. CONTRATO	NE	VIGENCIA	CONTRATADO	VALOR R\$
S/N/2012	186	10 meses	Nelson Nicácio de Abreu	15.000,00

- ✓ A Carta Contrato de Locação n. S/N/2012 acima não foi informada via sistema ACP, o que contraria os arts. 3.º e 4.º da Resolução n.º 07/2002 – ACP;
- ✓ No texto da Carta Contrato de Locação de Serviços S/N/2012 acima, a Cláusula Quinta – Da Dotação Orçamentária, não estão contidos todos os elementos necessários conforme fundamenta o inciso V, art. 55, da Lei n.º 8.666/93, tais como: o Crédito pelo qual correrá a despesa (Fonte de Recursos) e a Categoria Econômica da Despesa (Natureza da Despesa);
- ✓ A Carta Contrato de Locação em foco não segue sequência numérica cronológica.

C. CONTRATO	NE	VIGENCIA	CONTRATADO	VALOR R\$
S/N/2012	187	10 meses	Vanderli Bia de Souza	10.000,00

- ✓ A Carta Contrato de Locação n. S/N/2012 acima não foi informada via sistema ACP, o que contraria os arts. 3.º e 4.º da Resolução n.º 07/2002 – ACP;
- ✓ No texto da Carta Contrato de Locação S/N/2012 acima, a Cláusula Quarta – Da Dotação Orçamentária, não estão contidos todos os elementos necessários conforme fundamenta o inciso V, art. 55, da Lei n.º 8.666/93, tais como: o Crédito pelo qual correrá a despesa (Fonte de Recursos) e a Categoria Econômica da Despesa (Natureza da Despesa);
- ✓ A Carta Contrato de Locação em foco não segue sequência numérica cronológica.

C. CONTRATO	NE	VIGENCIA	CONTRATADO	VALOR R\$
S/N/2012	188	10 meses	Vanderli Bia de Souza	10.000,00



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 8

**ACÓRDÃO Nº 33/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2014)**

- ✓ A Carta Contrato de Locação n. S/N/2012 acima não foi informada via sistema ACP, o que contraria os arts. 3.º e 4.º da Resolução n.º 07/2002 – ACP;
- ✓ No texto da Carta Contrato de Locação S/N/2012 acima, a Cláusula Quarta – Da Dotação Orçamentária, não estão contidos todos os elementos necessários conforme fundamenta o inciso V, art. 55, da Lei n.º 8.666/93, tais como: o Crédito pelo qual correrá a despesa (Fonte de Recursos) e a Categoria Econômica da Despesa (Natureza da Despesa);
- ✓ A Carta Contrato de Locação em foco não segue sequência numérica cronológica.

CONTRATO	NE	VIGENCIA	CONTRATADO	VALOR R\$
S/N/2012	247	45 dias corridos	Farias e Costa – EPP Ltda. Transporte Brasil	134.564,00

- ✓ O Termo de Contrato de Obras de Engenharia S/N/2012 acima não foi informado via sistema ACP, o que contraria os arts. 3.º e 4.º da Resolução n.º 07/2002 – ACP;
- ✓ As Certidões Negativas de Débitos do FGTS e INSS, (art. 29, III e IV da Lei n. 8.666/93), que compõem os dados quanto à regularidade fiscal, não constam na análise realizada in loco, bem como não foram informadas via sistema ACP o que contraria os arts. 3.º e 4.º da Resolução n.º 07/2002 – ACP;
- ✓ No texto do Termo de Contrato de Obras de Engenharia S/N/2012 acima, a Cláusula Quinta – Da Dotação Orçamentária, não estão contidos todos os elementos necessários conforme fundamenta o inciso V, art. 55, da Lei n.º 8.666/93, tais como: o Crédito pelo qual correrá a despesa (Fonte de Recursos), a indicação da Classificação Funcional Programática (Programa de Trabalho) e a Categoria Econômica da Despesa (Natureza da Despesa);
- ✓ Ausência de Projeto Básico, art. 7.º, § 2.º, I da Lei 8666/93;
- ✓ O Termo de Contrato de Obras de Engenharia em foco não segue sequência numérica cronológica.

CONTRATO	NE	VIGENCIA	CONTRATADO	VALOR R\$
S/N/2012	246	30 dias corridos	Nova Era Serviços Ltda- ME	98.000,00

- ✓ O Termo de Contrato de Obras de Engenharia S/N/2012 acima não foi informado via sistema ACP, o que contraria os arts. 3.º e 4.º da Resolução n.º 07/2002 – ACP;
- ✓ As Certidões Negativas de Débitos do FGTS e INSS, (art. 29, III e IV da Lei n. 8.666/93), que compõem os dados quanto à regularidade fiscal, não constam na análise realizada in loco, bem como não foram informadas via sistema ACP o que contraria os arts. 3.º e 4.º da Resolução n.º 07/2002 – ACP;
- ✓ No texto do Termo de Contrato de Obras de Engenharia S/N/2012 acima, a Cláusula Quinta – Da Dotação Orçamentária, não estão contidos todos os elementos necessários conforme fundamenta o inciso V, art. 55, da Lei n.º 8.666/93, tais como: o Crédito pelo qual correrá a despesa (Fonte de Recursos), a indicação da Classificação Funcional Programática (Programa de Trabalho) e a Categoria Econômica da Despesa (Natureza da Despesa);
- ✓ Ausência de Projeto Básico, art. 7.º, § 2.º, I da Lei 8666/93;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 9

**ACÓRDÃO Nº 33/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2014)**

- ✓ O Termo de Contrato de Obras de Engenharia em foco não segue sequência numérica cronológica.

C. CONTRATO	NE	VIGENCIA	CONTRATADO	VALOR R\$
S/N/2012	245	30 dias corridos	Nova Era Serviços Ltda- ME	56.000,00

- ✓ A Carta Contrato de Obras de Engenharia S/N/2012 acima não foi informado via sistema ACP, o que contraria os arts. 3.º e 4.º da Resolução n.º 07/2002 – ACP;
- ✓ As Certidões Negativas de Débitos do FGTS e INSS, (art. 29, III e IV da Lei n. 8.666/93), que compõem os dados quanto à regularidade fiscal, não constam na análise realizada in loco, bem como não foram informadas via sistema ACP o que contraria os arts. 3.º e 4.º da Resolução n.º 07/2002 – ACP;
- ✓ No texto da Carta Contrato de Obras de Engenharia S/N/2012 acima, a Cláusula Quinta – Da Dotação Orçamentária, não estão contidos todos os elementos necessários conforme fundamenta o inciso V, art. 55, da Lei n.º 8.666/93, tais como: o Crédito pelo qual correrá a despesa (Fonte de Recursos), a indicação da Classificação Funcional Programática (Programa de Trabalho) e a Categoria Econômica da Despesa (Natureza da Despesa);
- ✓ Ausência de Projeto Básico, art. 7.º, § 2.º, I da Lei 8666/93.
- ✓ A Carta Contrato de Obras de Engenharia em foco não segue sequência numérica cronológica.

C. CONTRATO	NE	VIGENCIA	CONTRATADO	VALOR R\$
S/N/2012	13	12 meses	Jose Raimundo Eufrásio da Silva	36.000,00

- ✓ A Carta Contrato de Locação n. S/N/2012 acima não foi informada via sistema ACP, o que contraria os arts. 3.º e 4.º da Resolução n.º 07/2002 – ACP;
- ✓ No texto da Carta-Contrato de Locação S/N/2012 acima não consta a cláusula discriminando Dotação Orçamentária, na qual deveria estar contidos todos os elementos necessários conforme fundamenta o inciso V, art. 55, da Lei n.º 8.666/93, tais como: o Crédito pelo qual correrá a despesa (Fonte de Recursos) indicação da Classificação Funcional Programática (Programa de Trabalho) e a Categoria Econômica da Despesa (Natureza da Despesa);
- ✓ A Carta Contrato de Locação em foco não segue sequência numérica cronológica.

CONTRATO	NE	VIGENCIA	CONTRATADO	VALOR R\$
02/2012	244	120 dias corridos	Plastiflex Empreend. da Amazônia Ltda.	3.304.135,35

- ✓ O Termo de Contrato de Obras de Engenharia n. 02/2012 acima não foi informado via sistema ACP, o que contraria os arts. 3.º e 4.º da Resolução n.º 07/2002 – ACP;
- ✓ As Certidões Negativas de Débitos do FGTS e INSS, (art. 29, III e IV da Lei n. 8.666/93), que compõem os dados quanto à regularidade fiscal, não constam na análise realizada in loco, bem como não foram informadas via sistema ACP o que contraria os arts. 3.º e 4.º da Resolução n.º 07/2002 – ACP;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 10

**ACÓRDÃO Nº 33/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2014)**

- ✓ No texto do Termo de Contrato de Obras de Engenharia n. 02/2012 acima, a Cláusula Nona – Da Dotação Orçamentária, não estão contidos todos os elementos necessários conforme fundamenta o inciso V, art. 55, da Lei n.º 8.666/93, tais como: o Crédito pelo qual correrá a despesa (Fonte de Recursos);;
- ✓ O valor global do Termo de Contrato n. 02/12, conforme a cláusula oitava contratual e a nota de empenho n.244 de 30/04/12 verificada in loco por esta Comissão (R\$ 3.304.135,35), diverge do valor apresentado na relação de empenhos via sistema ACP da Prefeitura Municipal de Beruri/AM, exercício 2012 (R\$ 3.340.645,58);
- ✓ Ausência de Projeto Básico, art. 7.º, § 2.º, I da Lei 8666/93.
- ✓ O Termo de Contrato de Obras de Engenharia n. 02/2012 não apresenta a assinatura do contratante, contrariando o art. 54 da Lei nº 8.666/93;

CONTRATO	NE	VIGENCIA	CONTRATADO	VALOR R\$
03/2012		120 dias corridos	Plastiflex Empreend. da Amazônia Ltda.	1.696.146,92

- ✓ O Termo de Contrato de Obras de Engenharia n. 03/2012 acima não foi informado via sistema ACP, o que contraria os arts. 3.º e 4.º da Resolução n.º 07/2002 – ACP;
- ✓ As Certidões Negativas de Débitos do FGTS e INSS, (art. 29, III e IV da Lei n. 8.666/93)), que compõem os dados quanto à regularidade fiscal, não constam na análise realizada in loco, bem como não foram informadas via sistema ACP o que contraria os arts. 3.º e 4.º da Resolução n.º 07/2002 – ACP;
- ✓ No texto do Termo de Contrato de Obras de Engenharia n. 03/2012 acima, a Cláusula Nona – Da Dotação Orçamentária, não estão contidos todos os elementos necessários conforme fundamenta o inciso V, art. 55, da Lei n.º 8.666/93, tais como: o Crédito pelo qual correrá a despesa (Fonte de Recursos);
- ✓ Ausência de Projeto Básico, art. 7.º, § 2.º, I da Lei 8666/93.
- ✓ O Termo de Contrato de Obras de Engenharia n. 03/2012 não apresenta a assinatura do contratante, contrariando o art. 54 da Lei nº 8.666/93;

CONTRATO	NE	VIGENCIA	CONTRATADO	VALOR R\$
04/2012	243	120 dias corridos	Plastiflex Empreend. da Amazônia Ltda.	1.196.146,92

- ✓ O Termo de Contrato de Obras de Engenharia n. 04/2012 acima não foi informado via sistema ACP, o que contraria os arts. 3.º e 4.º da Resolução n.º 07/2002 – ACP;
- ✓ As Certidões Negativas de Débitos do FGTS e INSS, (art. 29, III e IV da Lei n. 8.666/93)), que compõem os dados quanto à regularidade fiscal, não constam na análise realizada in loco, bem como não foram informadas via sistema ACP o que contraria os arts. 3.º e 4.º da Resolução n.º 07/2002 – ACP;
- ✓ No texto do Termo de Contrato de Obras de Engenharia n. 04/2012 acima, a Cláusula Nona – Da Dotação Orçamentária, não estão contidos todos os elementos necessários conforme fundamenta o inciso V, art. 55, da Lei n.º 8.666/93, tais como: o Crédito pelo qual correrá a despesa (Fonte de Recursos);;
- ✓ Ausência de Projeto Básico, desobediência ao art. 7.º, § 2.º, I da Lei 8666/93.
- ✓ O Termo de Contrato de Obras de Engenharia n. 04/2012 não apresenta a assinatura do contratante, contrariando o art. 54 da Lei nº 8.666/93;



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 11

ACÓRDÃO Nº 33/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2014)

C. CONTRATO	NE	VIGENCIA	CONTRATADO	VALOR R\$
035/2012	13	12 meses	Jose Raimundo Eufrazio da Silva	36.000,00

- ✓ A Carta Contrato de Locação 035/2012 acima não foi informada via sistema ACP, o que contraria os arts. 3.º e 4.º da Resolução n.º 07/2002 – ACP;
- ✓ No texto da Carta Contrato de Locação 035/2012 acima, a Cláusula Quarta – Da Dotação Orçamentária, não estão contidos todos os elementos necessários conforme fundamenta o inciso V, art. 55, da Lei n.º 8.666/93, tais como: o Crédito pelo qual correrá a despesa (Fonte de Recursos) e a Categoria Econômica da Despesa (Natureza da Despesa);

Detectadas pela **DICOP**:

1. TERMO DE CONTRATO N.º 4/2012 – Valor R\$ 1.196.146,92 – Ausência de documentos desde a licitação até a execução do contrato, nos termos do item 6.2 do Relatório Conclusivo n.º 059/2014 – DICOP, os quais quebram o nexo de causalidade entre o objeto da avença e o que foi executado e indicam o montante total do contrato a ser devolvido aos Cofres do Município.
2. TERMO DE CONTRATO N.º 6/2012 – Valor R\$ 579.698,89 – Ausência de documentos desde a licitação até a execução do contrato, nos termos do item 6.3 do Relatório Conclusivo n.º 059/2014 – DICOP, os quais quebram o nexo de causalidade entre o objeto da avença e o que foi executado e indicam o montante total do contrato a ser devolvido aos Cofres do Município.
3. TERMO DE CONTRATO NÃO IDENTIFICADO – Valores identificados em Notas Fiscais R\$ 203.315,30 (Prestação de serviços de recuperação em concreto na sede/Tapa buracos) – Ausência de documentos desde a licitação até a execução do contrato, nos termos do item 6.4 do Relatório Conclusivo n.º 059/2014 – DICOP, não havendo indícios do cumprimento do contrato e indicam o montante de R\$ 203.315,30 a ser devolvido aos Cofres do Município.
4. TERMO DE CONTRATO N.º 4/2011 – Valor R\$ 437.342,72 – Ausência de documentos desde a licitação até a execução do contrato, nos termos do item 6.5 do Relatório Conclusivo n.º 059/2014 – DICOP, os quais quebram o nexo de causalidade entre o objeto da avença e o que foi executado e indicam o montante de R\$ 174.491,96 a ser devolvido aos Cofres do Município.
5. TERMO DE CONTRATO NÃO IDENTIFICADO – Valores constatados durante a inspeção R\$ 147.930,00 (Construção de um Centro Social na Comunidade São Iazaro) – Ausência de documentos desde a licitação até a execução do contrato, nos termos do item 6.6 do Relatório Conclusivo n.º 059/2014 – DICOP, os quais quebram o nexo de causalidade entre o objeto da avença e o que foi executado e indicam o montante de R\$ 147.930,00 a ser devolvido aos Cofres do Município.
6. TERMO DE CONTRATO NÃO IDENTIFICADO – Nota de Empenho n.º 651/1 R\$ 138.156,00 (Reforma e Ampliação do Posto de Saúde Municipal da Vila de Itapuã) – Ausência de documentos desde a licitação até a execução do contrato, nos termos do item 6.7 do Relatório Conclusivo n.º 059/2014 – DICOP, os quais quebram o nexo de causalidade entre o objeto da avença e o que foi executado e indicam o montante de R\$ 138.156,00 a ser devolvido aos Cofres do Município.
7. TERMO DE CONTRATO NÃO IDENTIFICADO – R\$ 1.316.101,51 (Construção de Creche) – Ausência de documentos desde a licitação até a execução do contrato, nos termos do item 6.8 do Relatório Conclusivo n.º 059/2014 – DICOP, os quais





Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 12

ACÓRDÃO Nº 33/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2014)

quebram o nexo de causalidade entre o objeto da avença e o que foi executado e indicam o montante de R\$ 731.896,55 a ser devolvido aos Cofres do Município.

8. TERMO DE CONTRATO N.º 3/2012 – Valor R\$ 1.696.146,92 – Ausência de documentos desde a licitação até a execução do contrato, nos termos do item 6.9 do Relatório Conclusivo n.º 059/2014 – DICOP, os quais quebram o nexo de causalidade entre o objeto da avença e o que foi executado e indicam o montante total do contrato a ser devolvido aos Cofres do Município.

**9.3 - Aplicar MULTA** ao responsável pelas Contas, Sr. José Domingos de Oliveira, prefeito do município e ordenador de despesas, à época, conforme preconiza o art. 1º, XXVI, da Lei n.º 2.423/1996 e o art. 5º, XXVI, a Resolução n.º 4/2002-TCE/AM, na forma como segue:

a) No valor de R\$ 1.096,03 (um mil e noventa e seis reais e três centavos), por mês de atraso, totalizando R\$ 13.152,36 (treze mil cento e cinquenta e dois reais e noventa e seis centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM, redação dada pelo artigo 2º da Resolução n.º 25, de 30 de agosto de 2012, em razão do atraso na remessa da movimentação contábil, via ACP, de janeiro a dezembro.

b) No valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 54, II, da Lei n.º 2423/96 (Lei Orgânica) e com fulcro no art. 308, VI, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM, redação dada pelo artigo 2º da Resolução n.º 25, de 30 de agosto de 2012, em virtude das graves infrações às normas legais e contábeis citadas nesta proposta de voto.

**9.4 - Considerar em ALCANCE** o Sr. José Domingos de Oliveira, prefeito do município e ordenador de despesas, à época, no valor de R\$ 4.867.782,54, referente ao apurado pela DICOP no Relatório Conclusivo n.º 059/2014 – DICOP em sua análise aos contratos de obras e serviços de engenharia.

**9.5 - Considerar como Responsáveis em solidariedade** com o Sr. José Domingos de Oliveira, **as seguintes empresas** e nos limites dos valores não identificados nos seus respectivos contratos:

a) Topo Construções e Terraplenagem – ME (CNPJ: 10.836.729/0001-56) ressarcir ao Erário, solidariamente com o Ordenador de Despesa, o montante de R\$ 2.428.043,47 (dois milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, quarenta e três reais e quarenta e sete centavos) conforme disposto no art. 22, III, alíneas “b” e “c” c/c § 2º, alínea “b” da Lei n.º 2.423/96.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR NÃO IDENTIFICADO (DÉBITO)
08	TERMO DE CONTRATO Nº não identificado	R\$ 731.896,55
CONSTRUÇÃO DE ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – PROINFÂNCIA, CRECHE TIPO B.		
09	TERMO DE CONTRATO Nº. 003/2012 EM 05/04/2012	R\$ 1.696.146,92
REFORMA GERAL DA ESCOLA ESTADUAL EUCLIDES CORREA – SEDE BERURI		
Total Débito		R\$ 2.428.043,47





Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 13

ACÓRDÃO Nº 33/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2014)

b) Oliveira e Martins Empreendimentos e Projetos Ltda - EPP (CNPJ: 10.779.246/0001-67) ressarcir ao Erário, solidariamente com o Ordenador de Despesa, o montante de R\$ 579.598,89 (quinhentos e setenta e nove mil, quinhentos e noventa e oito reais e oitenta e nove centavos) conforme disposto no art. 22, III, alíneas “b” e “c” c/c § 2º, alínea “b” da Lei nº 2.423/96.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR NÃO IDENTIFICADO (DÉBITO)
03	<b>TERMO DE CONTRATO Nº 006/2012</b>	R\$ 579.598,89
REFORMA GERAL E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL RUI BARBOSA ZONA RURAL		

**9.6 - Determinar** que o Município de Beruri observe com maior rigor os itens constantes da fundamentação desta proposta de voto, do Relatório Conclusivo n.º 03/2013 (fls. 355/397) e do Relatório Técnico de Vistoria Conclusivo n.º 59/2014 (fls. 478/536), sob pena de irregularidade das contas e aplicação de multa, por reincidência, conforme art. 22, § 1º, da Lei n.º 2.423/96.

**9.7 - Determinar, ainda,** que a próxima Comissão de Inspeção verifique *in loco* se as falhas observadas já foram devidamente corrigidas ou se as mesmas permanecem, como forma de verificação de reincidência.

**9.8 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres estaduais do valor total das multas aplicadas,** com comprovação perante este Tribunal, nos termos do artigo 174, § 4º, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, os valores das multas deverão ser atualizados monetariamente (art. 55, da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM).

**9.9 - Fixe o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres do município de Beruri do valor da glosa aplicada,** com comprovação perante este Tribunal, nos termos do artigo 174, § 4º, da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM;

**9.10 - Autorizar desde já a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores das condenações,** conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/1996 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 4/2002 – TCE/AM.

**10- Ata:** 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 24 de junho de 2014.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em exercício), Raimundo José Michiles, Érico Xavier Desterro e Silva e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**12.1- Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 14

**ACÓRDÃO Nº 33/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO  
(parte integrante do Parecer Prévio nº 33/2014)**

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente, em exercício

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por RAIMUNDO JOSÉ MICHILES.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: FAE789B2-AF-185C25-72C162D1-7B43F4FB